

A DISPUTA IDEOLÓGICA NAS MATÉRIAS DE POLÍTICA NAS REVISTAS

VEJA E CARTA CAPITAL

Miguel Rodrigues Netto¹

Resumo: Este trabalho alcança os resultados de pesquisa de cunho exploratório com alicerce em análise de conteúdo de duas revistas jornalísticas de circulação nacional: *Veja* e *Carta Capital*. A proposta do artigo é mostrar como tais publicações se utilizam de teorias da comunicação como agenda setting e gatekeeper para induzir seus leitores na forma de reagir aos conteúdos publicados reforçando seu viés ideológico seja alinhado à direita seja à esquerda. Conclui-se que embora ambas publicações realizem um alinhamento ideológico na abordagem de suas matérias, *Carta Capital* o faz dentro dos limites do jornalismo enquanto que *Veja* utiliza subterfúgios para reforçar sua narrativa falaciosa.

Palavras-chave: política, jornalismo, ideologia, revistas.

THE IDEOLOGICAL DISPUTE IN THE POLITICAL MATTERS OF VEJA AND CARTA CAPITAL

Abstract: This work reaches the results of an exploratory research based on the content analysis of two national magazines: *Veja* and *Carta Capital*. The article's proposal is shows how such publications use communication theories as agenda setting and gatekeeper to induce their readers in how to react to published content reinforcing their ideological bias whether it is aligned to the right or to the left.

¹ Jornalista. Doutorando em Ciências Sociais - PUC/SP. Mestre em Política Social - UFMT. Professor Assistente da Universidade Estadual de Mato Grosso - UNE-MAT. Presidente da Câmara de Educação Profissional e Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso - CEE/MT. E-mail: miguelunemat@hotmail.com

It is concluded that although both publications carry out an ideological alignment in the approach of their subjects, Carta Capital does it within the limits of journalism while Veja uses subterfuges to reinforce its fallacious narrative.

Keywords: politics, journalism, ideology, magazines.

Introdução

Este artigo lança olhar sobre duas importantes revistas jornalísticas de abrangência nacional: Veja e Carta Capital. Cada uma delas, embora aparente graficamente muitas diferenças, tem em comum a utilização de teorias da comunicação para atingir seus objetivos. Enquanto Veja buscar colar a crise política e econômica ao Partido dos Trabalhadores, personalizado no ex-presidente Lula, Carta Capital utiliza um espectro mais amplo e não escolhe um único alvo, colocando em xeque Aécio Neves, Sérgio Moro, o neoliberalismo e a rede Globo. O artigo pretende levar à reflexão, portanto, as práticas jornalísticas, a política nacional e o senso crítico dos leitores.

O conceito de política é muito abrangente. Segundo Max Weber (2011), fala-se da política de divisas de um banco, da política de descontos do Reichsbank, da política adotada por um sindicato durante uma greve; e é também cabível falar da política escolar de uma comunidade urbana ou rural [...]. Não foi dado, evidentemente, significação tão larga ao conceito. Entende-se por política apenas a direção do agrupamento político hoje denominado “Estado” ou a influência que se exerce em tal sentido (WEBER, 2011, p.65-66).

Segundo Weffort (2016), no Estado absoluto de Hobbes continua marcado pelo medo, mas para Hobbes devemos matizar pelas seguintes questões:

Primeiro, o Leviatã não aterroriza. Terror existe no estado de natureza, quando vivo no pavor de que meu suposto amigo me mate. Já o poder soberano apenas mantém temerosos os súditos, que agora conhecem as linhas gerais do que devem seguir para não correr na ira do governante. Segundo, o indivíduo bem comportado dificilmente terá problemas com o soberano. E terceiro, o Estado não se limita a deter a morte violenta. (WEFFORT, 2006, p.71-72).

Para Weber (2011), o Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez; de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com exclusividade, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituíram historicamente, nos precursores do Estado moderno. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física (WEBER, 2011, p.66).

De acordo com Weber (2011), tal como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam, o Estado consiste em uma relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada dominadores (WEBER, 2011, p. 67-68).

Opinião Pública e Jornalismo Político

O autor Antônio Albino Canelas Rubim, no livro Comunicação e Política, descreve que a preocupação com os efeitos da

imprensa, na formação da opinião pública, está presente desde o final do século XIX. Para o autor o espaço público da democracia de massa, que então nascia, era formado por quatro elementos inter-relacionados: a imprensa, a conversa, a opinião e, finalmente, a ação. Nesse esquema, o papel da imprensa seria o elemento mais importante.

Em Charaudeau (2016), a identidade coletiva se constrói a partir de encontros de indivíduos, de grupos, de populações. Estes encontros se acompanham de confrontos, de conflitos, cuja resolução ora é o deslocamento dos grupos humanos, ora a eliminação de um deles, ora a integração de um no outro ou a assimilação de um pelo outro, mas sempre através de relações de diferenciação, de dominação de um pelo outro (CHARAUDEAU, 2016, p.23).

Para Azevedo (2004), do ponto de vista político, a opinião pública é apresentada como a voz do povo, servindo de ponte para dois mundos que cada vez mais são percebidos como distantes – o dos governantes e dos governados – e, nessa medida, constitui, não só uma forma de legitimação da ação política da qual deriva o seu poder do consentimento dos governados, como um sentido de poder dos governados (AZEVEDO, 2004, p. 411).

De acordo Charaudeau (2016), a política é o que mantém no cerne da sociedade a esperança de um futuro melhor, e essa vida política reside na conquista da opinião pública. Para isso é preciso compreender que:

[...] ela produza um discurso que siga duas lógicas: uma simbólica, que coloca os princípios de uma vida política como fundadores dessa idealidade, ao falar de valores coletivos que estão a serviço do bem comum e que devem legitimar a ação política; e uma lógica pragmática, que proponha

um modo de gestão do poder, e os meios que permitam realizar o bem-estar social, dando crédito ao projeto de idealidade social (CHARAUDEAU, 2016, p.19).

Essa vida política segundo Charaudeau (2016) é um processo em que se confrontam uma instância de poder (os candidatos a uma eleição ou dirigentes em exercícios) e uma instância cidadã, lugar de uma opinião que faz os “reis” ou contesta, no seu papel de contra poder (CHARAUDEAU, 2016, p.20).

Na relação entre comunicação e política, o eleitor raramente consegue perceber os efeitos da mídia sobre o seu comportamento. A influência da mídia foi reconhecida como um problema exterior, relativo ao mundo dos outros: os eleitores, a população, o povo, os pobres, os ignorantes, os favelados, os moradores das vilas e bairros periféricos (SILVEIRA, 1998, p.165).

Dentro da opinião pública a linguagem resulta no entrecruzamento dos atos linguageiros que o indivíduo (ou grupo) recebe, ouviu e produziu. Através dessa linguagem, para Charaudeau (2016) a manipulação se faz presente, que pode ser observado na análise do discurso de como ela é colocada e como é executada por meio das palavras.

Dessa maneira, o princípio da opinião pública, segundo Azevedo (2004), pretende influenciar os debates dentro dos públicos políticos e legais formais, legislaturas e tribunais, e exercer uma forma de controle dos atos e decisões dos legisladores. Nesses termos, o Estado será verificado, supervisionado, mantendo-se responsivo ao controle, não só pelo império da lei, mas também pela própria esfera pública. Ora, o público civil politicamente orientado, enraizado nos processos de comunicação da sociedade civil, tem esta concepção

comunicativa das legislaturas e é uma mediação importante entre o cidadão coletivo e seus os “funcionários” eleitos (AZEVEDO, 2004, p. 438).

Temos que a informação política a partir da metade do século XX até a primeira década deste século XXI ganhou tanta importância dentro do noticiário nacional e internacional que a maior parte dos veículos de comunicação, além de manter uma editoria de política, também tem um ou mais colunista de política. É um assunto que está presente no veículo impresso, rádio, TV, internet ou mais de um meio de comunicação, simultaneamente (SANTOS e SANTOS, 2012, p.07).

De acordo com Franklin Martins (2013) o jornalismo político no Brasil passou por grandes mudanças nas últimas décadas. A mais importante delas é que, hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não o convencer a adotar determinadas ideias (MARTINS, 2013, p.13).

Dessa maneira, Estrela Serrano (2006) mostra que existem diferença entre os políticos e os jornalistas, descrevendo assim:

[...] os políticos retiram a sua legitimidade do sufrágio universal, da autoridade das causas que abraçam, do grau de consenso entre os interesses que articulam e da aceitação, por parte do público, dos processos pelos quais foram escolhidos para representarem esses interesses, os jornalistas, como atrás se refere, obtêm a sua legitimação, principalmente da fidelidade a códigos e a valores. Por outro lado, <<função serviço>>, cuja a centralidade no comportamento dos jornalistas se reflete na exigência de que lhes compete, em primeiro lugar, respeitar o direito do público à informação, não é tida como primeira preocupação dos políticos, que são vistos como estando prioritariamente preocupados em persuadir o público a aderir a determinadas causas e objetivos políticos e partidários (SERRANO, 2006, p.68)

Dentro do jornalismo uma das principais editorias é o jornalismo político. De acordo com Santos e Santos (2006, p.) “trata-se de assuntos ligados à política nacional e internacional. Em praticamente todos os veículos de comunicação existe um setor que cuida exclusivamente dos acontecimentos pautados por acontecimentos políticos, como eleições, golpes, revoluções, entre outros, e por órgãos de governo federais, estaduais e municipais que geram notícias, como ministérios, secretarias de estado, assembleias legislativas, prefeituras, câmaras municipais. Também fazem parte do noticiário dessa editoria acontecimentos que mostrem agentes políticos envolvidos em situações de interesse da comunidade, tais como escândalos e crimes” (SANTOS e SANTOS, 2006, p.).

As principais funções do jornalismo político são: informar, formar opinião e fiscalizar. Neste sentido, o autor Nelson Traquina (2005) discute que a teoria democrática prevê três grandes papéis para o jornalismo: 1) o jornalismo deve dar aos cidadãos as informações que são úteis, que são necessárias para que eles possam cumprir os seus papéis de pessoas interessadas na vida social e na “governança” do país; 2) o jornalismo deve ser o espaço do contraditório e da pluralidade de opiniões, ser uma espécie de mercado de ideias; 3) o jornalismo tem papel de ser o watchdog (cão de guarda) da sociedade, proteger os cidadãos contra os abusos do poder (SEABRA e SOUSA, 2006, p.138).

Diante deste contexto, ao ter acesso a informações privilegiadas que terão influência na vida do cidadão, o jornalista tem uma grande responsabilidade e precisa de muita seriedade para ser um profissional ético e compromissado com a verdade. Na atualidade o que se vê é que o jornalismo político está distante desta premis-

sa. O que se lê, vê e ouve são notícias que, em sua grande maioria, interessam mais aos políticos e a setores diretamente ligados a eles. Isto ocorre pelo fato de muitos jornalistas políticos mantem relações promiscuas com suas fontes, o que gera conflito (SANTOS e SANTOS, 2012, p.05).

A relação de proximidade do jornalismo político com a política, relação essa que por muitas vezes foi de interdependência acabou por moldar um modelo de política pública que estimulou a concentração de poder político e o vinculou a propósitos de controle dos meios por meio das outorgas e concessões de rádio e TV, desde a época dos coronéis até os presentes dias conforme evidencia Lima (2001).

Os políticos são donos de 50% das estações de rádio na Bahia; 44% em Pernambuco; 33% em Minas; e 20% em São Paulo. Na região norte e nordeste aparecem os nomes de Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Jader Barbalho, Inocêncio de Oliveira, Albano Franco, João Alves, Collor de Melo, Rômulo Furtado, entre outros. Já na região Sul e Sudeste, Orestes Quércia, Paulo Pimentel e José Carlos Martinez aparecem entre os mais famosos (LIMA, 2001, p.108).

A consequência deste modelo adotado no Brasil e na maioria dos países latino-americanos é bem explicada por Melo apud Gomes (1997):

A expansão dos veículos eletrônicos na América Latina não alterou substancialmente a situação de analfabetismo e de carência cultural das classes trabalhadoras. O que provocou de imediato foi a difusão do consumismo, pois a publicidade comercial engenhosamente usou o rádio e a televisão para impingir os produtos supérfluos que as empresas multinacionais passaram a produzir na própria região. (MELO, apud GOMES, 1997, p.114)

A liberdade de imprensa pressupõe não apenas a liberdade de informar independentemente das idiossincrasias e ações dos membros da administração pública, como também a independência em relação a interesses privados. A liberdade de imprensa é discutida como se fosse o direito que os empresários do setor têm de transmitir informações que julgam ser de interesse. Essa, porém, é a liberdade de empresa, vinculada às idiossincrasias de pessoas específicas. Mais ampla, a liberdade de imprensa, como enfatiza também o relatório da Unesco, é uma extensão da liberdade de expressão. Garantido esse direito, jornalistas tornam-se aptos a informar a sociedade como acharem condizente, sem filtros prévios ou simultâneos, devendo se mirar apenas em códigos de ética específicos.

Historicamente, a política de concessões de emissoras de rádio e televisão esteve arraigada a interesses de grupos privilegiados. A utilização dos meios de comunicação de massa como prática de manipulação de poder tem sido uma constante na sociedade brasileira. Desde a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas, (1937-1945), os critérios de distribuição das emissoras de rádio têm sido eminentemente políticos. Não por acaso representam a voz do poder. (CALDAS, 1998, p.40).

À Guisa de Conclusão: o conteúdo das revistas

Ao todo 460 matérias de cinco editoriais compuseram as dez edições das revistas Carta Capital e Veja que analisamos. Destas 185 matérias tiveram a política como assunto principal. Nas matérias de política incluem-se as dez reportagens de capa tendo em vista que todas são dedicadas a esta editoria. Sendo assim passamos a analisar aspectos destas matérias.

A revista *Veja* não só faz agendamento do tema política como também o faz em relação ao ex-presidente Lula. Embora em março de 2016 a presidência da República seja ocupada por Dilma, ela aparece bem menos nas investidas da revista. Lula não só é capa das cinco edições de *Veja* de março/2016 como tem dezenas de páginas dedicadas a ele na revista, todas com abordagem extremamente desfavorável ao petista.

A reportagem de capa de *Veja* (edição 2467): “Acarajé na campanha” fala da visita do governador de Minas Gerais Fernando Pimentel a presidente Dilma e na pauta problemas com a Odebrecht.

Amigos e confidentes há mais de quarenta anos, os dois tinham motivos para comemorar, mas trataram de um assunto **espinhoso**, capaz de tisonar os resultados obtidos por ambos nas urnas. Pimentel trazia um recado de Emílio Odebrecht, dono da maior empreiteira do país, para a presidente da República. O empresário a advertia do risco de que os pagamentos feitos pela Odebrecht ao marqueteiro João Santana, no exterior, fossem descobertos caso a Operação Lava-Jato atingisse a construtora. (VEJA, ed.2467, 2016). **[grifo nosso]**.

A edição 2468 de *Veja* traz a reportagem: “O tríplice, o sítio e a fortuna”. Nela a revista esforça-se mesmo que sem provas judiciais comprobatórias em acusar Lula de enriquecimento ilícito. Na reportagem adjetivos como criminoso e delituoso são utilizados. A seguir apresentamos um trecho da reportagem.

Durante anos, o ex-presidente Lula esforçou-se para manter viva a imagem do homem comum, do político honesto que exerceu o poder em sua plenitude e permaneceu impermeável às tentações. Para os incautos, ele morava até hoje no mesmo apartamento modesto em São Bernardo do Campo (SP) e conservava hábitos simples, como carregar na cabeça uma caixa de isopor cheia de cerveja. Longe dos holofotes, Lula se acostumou

com a vida faustosa. Longe dos holofotes, o petista cultivava hábitos sofisticados. Longe dos holofotes, o petista se tornou milionário. (VEJA, ed. 2468, 2016).

A campanha de agendamento em Veja continua na edição 2469 com a reportagem de capa “A serpente acuada” em que se refere a Lula como uma jararaca conforme apresentamos no trecho seguinte.

Embora a jararaca seja uma serpente endêmica na América do Sul, nenhum outro país do continente além do Brasil tem uma jararaca como Luiz Inácio Lula da Silva. “A jararaca está viva”, disse o ex-presidente há duas semanas, logo depois de depor nas investigações da Lava-Jato, na barulhenta condução coercitiva de que foi alvo. [...] na semana passada, a jararaca provou-se realmente muito viva, mas em luta desesperada pela sobrevivência. Jantou por três horas no Palácio da Alvorada com a presidente Dilma Rousseff, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar as investigações sobre seu patrimônio, reuniu-se com líderes do PMDB em busca de uma saída política, recebeu um convite para ser “ministro do foro privilegiado” e terminou a semana ainda pior do que começou: denunciada por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, e com um inédito pedido de prisão preventiva apresentado à Justiça pelo Ministério Público de São Paulo. Sim, a jararaca está viva, mas nunca esteve tão acuada. (VEJA, ed.2469, 2016).

A edição 2470 de Veja é mais uma vez dedicada a Lula. Desta vez o periódico da editora Abril tem como capa a reportagem “Lula comandava o esquema”. A reportagem bem ao estilo denunciata da revista mostra como o ex-senador Delcídio Amaral estava arrependido de ter participado do governo petista. Ela agora engrossava o bloco dos manifestantes que pediam o impeachment de Dilma:

Delcídio se juntou à multidão sem tirar o capacete. Temia ser reconhecido e hostilizado. Com medo de ser obrigado pela polícia a remover o disfarce, ficou pouco tempo entre os manifestantes, o suficiente para perceber que tomara a decisão correta ao colaborar para as investigações. “Errei,

mas não roubei nem sou corrupto. Posso não ser santo, mas não sou bandido (VEJA, ed. 2470, 2016).

Na Veja 2471, a revista fecha o mês de março com mais uma capa contra Lula e o PT, a reportagem “O plano secreto” apresenta elementos de um suposto plano para tirar Lula do Brasil caso sua prisão fosse decretada:

Numa crise que já revelou tramas e enredos antes inimagináveis, nada mais parece capaz de provocar surpresa nem espanto – e, no entanto, surpresa e espanto insistem em aparecer. Nos últimos dias, VEJA apurou o fio da meada que leva a um plano secreto destinado a tirar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil, caso sua prisão seja decretada. O plano prevê que Lula pediria asilo a uma embaixada, de preferência a da Itália, depois de negociar uma espécie de salvo-conduto no Congresso, que lhe daria permissão para deslocar-se da embaixada até o aeroporto sem ser detido – e, do aeroporto, voaria para o país do asilo.

[...] Ali, debateram duas alternativas. A primeira era uma intervenção no governo de Dilma Rousseff, com Lula assumindo de fato o comando do país, como se tentou fazer com sua nomeação para a Casa Civil. A outra era uma solução mais drástica, sugerida por conselheiros para os quais o problema não era apenas político: Lula deixaria o Brasil de tal modo que pudesse se apresentar como vítima de uma perseguição política. Surgiram quatro opções de destino: Cuba, Venezuela, França e Itália. (VEJA, ed. 2471, 2016).

As reportagens bem como os trechos selecionados mostram uma campanha da revista Veja contra o Partido dos Trabalhadores e particularmente contra Lula, mais atacado pela revista que a própria presidente Dilma. É curiosa a ausência de políticos de outros partidos nas reportagens em tom de denúncia de Veja. O agendamento é massivo e sem tréguas com o portão do gatekeeper funcionando bem para manter longe do público aquilo que não faz parte da linha editorial da publicação.

Já a revista Carta Capital não tem um único alvo assim como a Veja. A publicação não mira apenas no PSDB ou nos partidos de oposição ao governo petista. Na verdade Carta Capital se coloca como um veículo que se compromete a desvendar os bastidores do golpe em curso no país mostrando a relação entre o Congresso Nacional comandado pelo PMDB de Renan Calheiros e Eduardo Cunha, o Vice-presidente Michel Temer, O Supremo Tribunal Federal com figuras do tipo do juiz Gilmar Mendes, a Operação Lava Jato e os desmandos do juiz Sérgio Moro e até a própria mídia a serviço do golpe com fortes críticas a Rede Globo.

A revista Carta Capital em sua edição 890 traz como reportagem de capa “O eixo Lava Jato-TSE”. A reportagem busca desvendar a relação existente entre a operação Lava Jato liderada pelo juiz federal Sérgio Moro em Curitiba/PR e o ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Gilmar Mendes que na ocasião estava prestes a assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral – TSE:

A prisão na Operação lava Jato do jornalista João Santana, marqueteiro das campanhas de 2010 e 2014, reacendeu a esperança da oposição de depor a presidenta. Muito além da evidencia, a sintonia entre as intenções de Sergio Moro e, desde já, os perceptíveis propósitos de Gilmar Mendes, que se prepara para assumir a presidência do TSE. Os adversários da petista apegam-se a pedaladas, acarajés e o que mais pintar para municiar a manobra a visar a cassação de Dilma Rousseff. [...] Na mais nova batida policial da Lava Jato, batizada de Acarajé porque a palavra seria empregada pelos investidores como sinônimo de dinheiro, Skornicki foi preso em caráter preventivo, sem prazo para ser solto. Pelo que se conhece do *modus operandi* de Moro, verá o sol quadrado por um bom tempo, até topar incriminar alguém, de preferência um peixe graúdo. (Carta Capital, ed. 390, 2016). [grifo nosso]

A edição 891 de Carta Capital trouxe como reportagem principal “A clara definição de um complô” que a publicação explica

como sendo a Operação Lava Jato, as armações do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e vazamentos de informações na imprensa:

Céu cinzento e garoa compunham o fundo do palco (apropriado?) de três acontecimentos marcantes em Brasília na quinta-feira 3, com a Operação Lava Jato mais uma vez no centro do picadeiro e a sacudir a República. [...] O peemedebista Eduardo Cunha, presidente da Câmara, tornou-se o primeiro figurão político a virar réu por corrupção, resultado do que o Lava jato tem de melhor, o desmonte das relações promíscuas entre agentes e empresários. O petista José Eduardo Cardozo deixou o Ministério da Justiça graças ao que a investigação tem de pior, a seletividade dos alvos e o vazamento com fins duvidosos de certas informações (Carta Capital, ed.891, 2016).

Na edição 892, Carta Capital relata em “Lições do Venda-val” os desmandos do STF ao impedir a nomeação de Lula alegando tentativa de obstrução da operação Lava Jato, já que o ex-presidente passaria a ter foro privilegiado com a nomeação:

A simples especulação de que Lula poderia ocupar um ministério no governo de Dilma Rousseff provocou uma imediata reação do aparato jurídico-policial que tenta influir nas decisões políticas no Brasil. Na quarta-feira 9, os procuradores Cássio Conserino, Fernando Henrique Moraes e José Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo, resolveram denunciar o ex-presidente Lula por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. [...] Na entrevista, os procuradores negaram existir um viés partidário na denúncia. Mas não deixa de ser estranho o momento escolhido. Primeiro, pela conveniência de acontecer três dias antes das manifestações a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. A investigação corre há sete meses. Depois, por coincidir com mais um esforço de rearranjo das tropas governistas (Carta Capital, ed.892, 2016).

A reportagem “A força do caos” trazida por Carta Capital na edição 893 revela bastidores das manifestações pelo impeachment

da presidente Dilma Rousseff e o vazamento pelo juiz Sérgio Moro de grampos envolvendo o ex-presidente Lula:

Herói das expressivas manifestações “Fora Dilma” do domingo 13, Moro incendiou o Brasil três dias depois dos protestos, ao divulgar grampos telefônicos de Lula. [...] A conversa entre Dilma e Lula foi o recheio de uma enxurrada de grampos liberada por Moro. Por todos os lados da mídia jorraram telefonemas mantidos pelo novo chefe da Casa Civil com aliados. Entre estes, Wagner, agora chefe de gabinete de Dilma com status de ministro, Nelson Barbosa, titular da Fazenda, Edinho Silva, da Comunicação, Rui Falcão, presidente do PT, Lindbergh Farias, senador petista pelo Rio de Janeiro. As ligações mostram, de modo geral, um Lula aborrecido com a letargia do governo e com o que ele define como abusos e perseguições da Lava Jato (Carta Capital, ed. 893, 2016).

Carta Capital fecha o movimentado mês de março com a edição 894 que traz como destaque de capa “A armada do golpe”. A reportagem mostra os últimos suspiros do governo Dilma antes da votação do impeachment na Câmara dos Deputados. O golpe como é tratado pela revista estava prestes a sacudir o país desencadeando protestos contra e a favor do governo em todo o país:

No segundo dia do outono, estação de noites mais longas, Dilma Rousseff reuniu dezenas de juristas no Palácio do Planalto e fez um discurso destinado à história. Pouco antes de subir ao púlpito, corriam na internet notícias de que o *impeachment* talvez venha ser votado pelos deputados em um domingo, segundo as intenções do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para facilitar a invasão de Brasília por antipetista. [...] No citado golpe, há personagens destacados. Uma legião de oportunistas, obcecados pelo poder, togados de indisfarçável partidarismo e implicados em corrupção, conforme detalha um quadro à página 19. Uns agem às claras, outros preferem as sombras (Carta Capital, ed. 894, 2016).

Embora sejam politicamente antagônicas e deixem isso muito claro em suas matérias, Veja e Carta Capital possuem algu-

mas semelhanças na esfera jornalística, pois agendam seus temas de modo a garantir acumulação semanalmente. Se Veja escolheu bombardear Lula e o PT com reportagens agressivas, recheadas de adjetivos fortes e imagens que ultrapassam qualquer limite do respeito, Carta Capital também usou expediente semelhante ao escolher a operação Lava Jato como inimiga número um do país e colocando seu arsenal de guerra a serviço de desmoralizar o juiz Sérgio Moro.

Logicamente existem diferenças na abordagem das revistas: Veja é mais partidária e ataca o PT como se fosse seu inimigo mortal. A revista não é capaz de mostrar um aspecto positivo sequer do governo petista enquanto isso todos os demais partidos gozam de tranquilidade para continuar armando seus esquemas sem serem incomodados pelos repórteres da publicação da editora Abril.

Por outro lado, Carta Capital embora também exagera quando ataca a direita prefere um todo mais ameno e polido para fazê-lo. A revista preza pelo bom jornalismo, pela crítica em alto nível e tenta na medida do possível evitar a adjetivação exagerada e cheia de rancor como faz sua concorrente. É uma publicação que procura não desferir golpes abaixo da linha da cintura embora deixe transparecer uma antipatia pela elite conservadora e neoliberal.

Em suma tanto Veja quanto Carta Capital utilizam de ferramentas do jornalismo para atacar ideologicamente seus campos opostos. O que as diferencia é que enquanto Carta faz isso dentro dos limites jornalísticos, Veja utiliza elementos culturais e valores obscuros para garantir êxito a sua narrativa falaciosa.

Referências

CALDAS, Graça. 1998. **Políticas de Comunicação no Brasil: de Sarney a FHC.** Ensaios e Comunicação, Campo Grande, Uniderp, v.1, n. 1, p. 39-48, abril.

CARTA CAPITAL. **Edição 890.** São Paulo: Editora Confiança, 2016.

_____. **Edição 891.** São Paulo: Editora Confiança, 2016.

_____. **Edição 892.** São Paulo: Editora Confiança, 2016

_____. **Edição 893.** São Paulo: Editora Confiança, 2016.

_____. **Edição 894.** São Paulo: Editora Confiança, 2016.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário.** 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GOMES, Pedro G. **Comunicação Social: filosofia, ética, política.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

LIMA, Venício A. de. 2001. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2 ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Teoria da Comunicação:** ideias, conceitos e métodos. 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

SEABRA, Roberto. **Jornalismo Político: história e processo.** *IN:* Jornalismo Político: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRANO, Estrela. **A dimensão política do jornalismo.** Comunicação e Cultura, nº 2, 2006, p. 63-81.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. **A Decisão do Voto no Brasil.** Porto Alegre/RS. 1998.

SOUSA, Jorge Pedro. **Modelos atuais de explicação dos efeitos dos meios de comunicação.** *In:* teorias do jornalismo Ed. Argos: Santa Catarina, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **A trajetória histórica do jornalismo na democracia.** *In:* Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2 ed. 2005.

VEJA. **Edição 2467.** São Paulo: Editora Abril, 2016.

_____. **Edição 2468.** São Paulo: Editora Abril, 2016.

_____. **Edição 2469.** São Paulo: Editora Abril, 2016.

_____. **Edição 2470.** São Paulo: Editora Abril, 2016.

_____. **Edição 2471.** São Paulo: Editora Abril, 2016.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** Prefacio Manoel T. Berlinck; tradução Leonidas Hegenberg Octany Silveira da Mota. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEFFORT, Francisco C., (organizador). **Os Clássicos da Política.** 14 ed. São Paulo: Ática, 2006.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** 8. ed. Lisboa: Editora Presença. 2003.